

Paulo Fernandes de Jesus dos Santos, filho de José Manuel dos Santos e de Laurinda de Jesus Galizio, natural de Almeida, Leomil, Almeida, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Março de 1980, solteiro, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 12682656, com domicílio em Ansul, Leomil, 6350 Almeida, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 24 de Junho de 2003, por despacho de 6 de Fevereiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

6 de Fevereiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Carlos Santos Marques*. — A Escrivã Auxiliar, *Maria de Lurdes Neves P. Silva*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 1983-EB

O Dr. Miguel Jorge Vieira Teixeira, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Guimarães, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 2242/05.3TAGMR, pendente neste Tribunal contra o arguido Orlando Francisco de Oliveira Pereira, filho de Alberto Joaquim Pereira e de Madalena de Oliveira Ferreira Leite, natural de Guimarães, Lordelo, Guimarães, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Janeiro de 1955, casado, com profissão desconhecida, titular do bilhete de identidade n.º 3634092, com domicílio no lugar do Moinho do Buraco, 1, Selho São Jorge, 4800 Guimarães, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 18 de Novembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 31 de Janeiro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

8 de Fevereiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Miguel Jorge Vieira Teixeira*. — A Escrivã-Adjunta, *Fernanda Alves*.

Anúncio n.º 1983-EC

O Dr. Miguel Jorge Vieira Teixeira, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Guimarães, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 1616/03.9TAGMR, pendente neste Tribunal contra o arguido Francisco Orlando de Freitas Marques, filho de Lázaro de Oliveira Marques e de Francelina de Freitas, natural de Guimarães, Vermil, Guimarães, de nacionalidade portuguesa, nascido em 7 de Outubro de 1951, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 3187741, com domicílio na Lugar da Piedade, Semande, 4610 Felgueiras, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em Maio de 2003, por despacho de 2 de Fevereiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção.

12 de Fevereiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Miguel Jorge Vieira Teixeira*. — A Escrivã-Adjunta, *Fernanda Alves*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 1983-ED

A Dr.ª Gabriela Adelaide Azevedo Barbosa, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Guimarães, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 306/98.7GBGMR, pendente neste Tribunal contra o arguido José Oliveira Antunes, filho de

Manuel Antunes e de Alzira de Oliveira, natural de Vila Nova de Famalicão, Ribeirão, Vila Nova de Famalicão, de nacionalidade portuguesa, nascido em 13 de Agosto de 1971, solteiro, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 10465616, com domicílio na Rua da Indústria, 407, Ribeirão, 4760 Vila Nova de Famalicão, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 29 de Julho de 1998, por despacho de 26 de Janeiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por cúmulo jurídico.

5 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Gabriela Adelaide Azevedo Barbosa*. — O Escrivão-Adjunto, *Adelino Augusto Pereira Faria*.

Anúncio n.º 1983-EE

A Dr.ª Gabriela Adelaide Azevedo Barbosa, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Guimarães, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 1518/96.3TBGMR, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Pimenta Machado, filho de António Pimenta e de Zara David Pimenta, natural de Costa, Guimarães, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Julho de 1937, com profissão desconhecida ou sem profissão titular da identificação fiscal n.º 136044808, titular do bilhete de identidade n.º 1679645, com domicílio na Rua Colombano Bordalo Pinheiro, 105, São Martinho de Bougado, 4785 Trofa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 6 de Março de 1995, por despacho de 29 de Janeiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção.

5 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Gabriela Adelaide Azevedo Barbosa*. — O Escrivão-Adjunto, *Adelino Augusto Pereira Faria*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE IDANHA-A-NOVA

Anúncio n.º 1983-EF

A Dr.ª Carla Roque, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Idanha-a-Nova, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 30/03.0GDDIDN, pendente neste Tribunal contra o arguido José González Piriz, filho de Jesus e de Adoración, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, nascido em 2 de Julho de 1964, com domicílio no Centro de Trabajo Ur Masella, Alo, 17004 Girona, Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 5 de Novembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 14 de Fevereiro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

15 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Roque*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Conceição Mateus Costa*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÍLHAVO

Anúncio n.º 1983-EG

A Dr.ª Isabel Cristina Gaio Ferreira de Castro, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ílhavo, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 808/06.3TBILH, pendente neste Tribunal contra o arguido José Lopes da Silva, filho de Joaquim Machado e de Maria do Céu Lopes da Silva, natural de Portugal, Ílhavo, Gafanha da Nazaré, Ílhavo, de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Fevereiro de 1959, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 8187876, com domicílio na Praceta Dobral dos Santos, 5. rés-do-chão esquerdo,

Praia da Barra, 3830 Gafanha da Nazaré, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 10 de Julho de 2003, por despacho de 6 de Fevereiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

8 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Cristina Gaio Ferreira de Castro*. — O Escrivão-Adjunto, *Deolindo Crispim*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LAGOS

Anúncio n.º 1983-EH

A Dr.ª Carla Novais, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lagos, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 54/97.5TALGS, pendente neste Tribunal contra o arguido Nuno Miguel Benedi da Silva, filho de Vítor Manuel Rosa da Silva e de Maria América Benedi da Silva, natural de Lisboa, Mártires, Lisboa, titular do bilhete de identidade n.º 7799345, com domicílio na Praça 5 de Outubro, 5, Paço de Arcos, 2780 Paço de Arcos, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 18 de Abril de 1997, por despacho de 9 de Fevereiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo ter prestado termo de identidade e residência.

12 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Novais*. — A Escrivã-Adjunta, *Anabela Fernandes*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LAMEGO

Anúncio n.º 1983-EI

A Dr.ª Sofia de Castro Lopes, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lamego, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 226/04.8PBIMG, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Domingues Fernandes Tavares, filho de Manuel Domingos Fernandes Tavares e de Olinda da Conceição Fernandes, natural de Portugal, Porto, Miragaia, Porto, nascido em 28 de Novembro de 1961, com domicílio na Rua Nossa Senhora do Amparo, 905, Rio Tinto, 4435 Rio Tinto, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla simples, previsto e punido pelo artigo 217.º do Código Penal, praticado em 1 de Outubro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 26 de Fevereiro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

26 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sofia de Castro Lopes*. — O Escrivão-Adjunto, *António Júlio Loureiro*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 1983-EJ

A Dr.ª Ana Vicente, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Leiria, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 1756/03.4PBLRA, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Eduardo Frederico do Nascimento, filho de Luís António Lopes do Nascimento e de Maria Júlia Pinheiro Frederico Lopes do Nascimento, natural de Angola, nascido em 28 de Fevereiro de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10370197, com último domicílio conhecido na Av. Combatentes Grande Guerra, 30, 2.º direito,

2400 Leiria, foi o mesmo declarado contumaz, em 24 de Novembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal e a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração.

4 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Vicente*. — A Escrivã-Adjunta, *Lúcia Costa*.

Anúncio n.º 1983-EL

A Dr.ª Ana Vicente, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Leiria, faz-se saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 80/95.9TBLRA, (ex. processo n.º 455/95) pendente neste Tribunal contra o arguido Jorge Alpoim Guedes Ribeiro, filho de Aventino José Ribeiro e de Maria da Glória Guedes, natural de Gondomar, Amarante, nascido em 4 de Junho de 1951, casado, titular do bilhete de identidade n.º 3985908, com, com domicílio na Rua de Ceuta, 118, 4.º, S/28, Porto, 4000-065 Porto, por despacho de 1 de Fevereiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

13 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Vicente*. — A Escrivã-Adjunta, *Lúcia Costa*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio n.º 1983-EM

A Dr.ª Ana Marisa Nunes, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 15214/03.3TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Raquel Gonçalves Rodrigues, filho de Manuel da Cunha Rodrigues e de Mercedes Olga Gonçalves, natural de Vila Nova de Gaia, Mafamude, Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, nascido em 20 de Abril de 1979, solteiro, com a profissão de agente comercial, titular do bilhete de identidade n.º 11689996, com domicílio na Rua 11 de Março, 12, 1.º esquerdo, Vale Figueira, 2695 São João da Talha, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 11 de Setembro de 2003, por despacho de 31 de Janeiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção procedimento criminal.

5 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Marisa Nunes*. — A Escrivã-Adjunta, *Carmo Alves*.

Anúncio n.º 1983-EN

A Dr.ª Ana Marisa Nunes, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 11399/02.4TDLSB, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Aparecida Aguiar Mariano, filha de Clorípedes Dias Carvalho e de Luzia Aguiar Carmo, de nacionalidade brasileira, nascida em 11 de Agosto de 1974, casada, com domicílio na Travessa Antero Quental, 4, rés-do-chão direito Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 4 de Março de 2002, por despacho de 31 de Janeiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção do procedimento criminal.

5 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Marisa Nunes*. — A Escrivã-Adjunta, *Carmo Alves*.